



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
11º REUNIÃO ORDINÁRIA

07 DE MAIO DE 2013

MENSAGENS DO PODER EXECUTIVO

01–PROJETO DE LEI nº 144/2013- Mensagem nº 25/2013

Autor do Projeto: Poder Executivo

Altera os dispositivos que especifica da lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela lei nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, que integram em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, as entidades de ensino superior que menciona, e adota providências.

RELATOR: DEP. TERUO KATO

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 13.283/2001. Súmula: *Integram em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, as entidades de ensino superior que especifica e adota outras providências.*

LEI N. 13.385/2001. Súmula: *Autoriza a estadualização da Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - FACINOR, com sede em Loanda, da Fundação Faculdades Luiz Meneghel, com sede em Bandeirantes e da Escola Superior de Ciências Agrárias - ESCA, com sede em Guarapuava e adota outras providências.*

02–PROJETO DE LEI nº 149/2013- Mensagem nº 32/2013

Autor do Projeto: Poder Executivo

Dá nova redação ao caput do artigo 2º, ao inciso VIII e ao § 4º, do art. 2º e inclui o inciso IX no art. 2º, todos da lei nº 17.465, de 02 de janeiro de 2013, que autorizou o poder executivo a instituir a empresa sob a denominação de Imprensa Oficial-Paraná, conforme especifica.

RELATOR: DEP. TERCILIO TURINI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 17.465/2013. Súmula: *Autoriza a criação da Empresa Pública denominada IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, extinguindo a autarquia denominada Departamento de Imprensa Oficial do Estado – DIOE.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Art. 2º A IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ terá por finalidade e competência:

I - editar, imprimir e distribuir os Diários Oficiais e neles veicular as publicações determinadas por Lei, de natureza pública e privada;

II - manter sob sua permanente guarda e conservação, por meio digital, em atribuição conjunta com o Departamento Estadual de Arquivo Público - DEAP, as publicações dos atos e documentos públicos e privados por ela veiculados;

III - prestar serviço de certificação digital para os Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados e dos Municípios, para o Poder Judiciário da União e dos Estados, e demais entidades de interesse público, observada a legislação estadual pertinente ao assunto;

IV - manter serviços de certificação digital e mecânica, de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações;

V - certificar por meio digital e mecânico, a pedido de qualquer interessado, os documentos objeto de suas publicações;

VI - prestar serviços eletrônicos de publicação dos Diários Oficiais, garantindo o seu acesso mediante a utilização de tecnologias atualizadas;

VII - editar, imprimir e publicar, em meio físico e eletrônico, documentos de relevante interesse da coletividade, em especial àqueles destinados à promoção da cultura e da cidadania;

VIII - desempenhar outras atividades compatíveis com suas finalidades.

§ 1º Na hipótese do inciso I, compreender-se-á a matéria de interesse privado, aquela de divulgação obrigatória nos Diários Oficiais.

§ 2º Serão publicadas gratuitamente as matérias oficiais administrativas, normativas e de pessoal emanadas da administração direta do Poder Executivo, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas e dos órgãos do Poder Judiciário, sendo também gratuita a certificação de documentos solicitada por esses órgãos.

§ 3º Os serviços não mencionados no parágrafo anterior serão remunerados e realizados de acordo com valores médios de mercado.

§ 4º Para o atingimento de suas finalidades a IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ manterá parque gráfico próprio, bem como a estrutura necessária para prestação da certificação digital e mecânica de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações e/ou guarda.

§ 5º Os serviços de certificação digital referidos neste artigo serão prestados pela IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ em atribuição conjunta com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR.

PROJETOS COM RETORNO DE DILIGÊNCIA

03-PROJETO DE LEI nº 561/12 – RETORNO DE DILIGÊNCIA

Autor: Dep. Rasca Rodrigues

Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

04–PROJETO DE LEI nº 52/13 – RETORNO DE DILIGÊNCIA

Autor: Dep. Paranhos

Altera o Artigo 7º, da lei 14.825/ 2005, que dispõe sobre os integrantes do Magistério do Ensino Superior.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 14.825/2005. Súmula: *Altera dispositivos da Lei nº 11.713/97 e adota outras providências pertinentes aos integrantes do MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR.*

Art. 7º. O artigo 6º da Lei Estadual nº 12.457, de 18 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Fica instituída a Gratificação de Plantão ao Docente – GPD, a ser paga ao Professor de Ensino Superior das IES que realizar plantões nas especialidades de Farmacêutico, Farmacêutico-Bioquímico, Cirurgião Dentista, Médico, Médico Veterinário, Fisioterapeuta e Enfermeiro.

§ 1º. A remuneração do plantão será paga pelas horas efetivamente trabalhadas.

§ 2º. O valor da hora a ser pago pela prestação do serviço será a razão entre o vencimento básico da Classe de Professor Adjunto A por 40 (quarenta) horas.

§ 3º. O plantão terá duração de 6 (seis) até 12 (doze) horas consecutivas em horário diferenciado da carga horária do regime de trabalho do docente, sem prejuízo das atividades docentes.

§ 4º. Fica limitado a 12 (doze) o número de plantões mensais.

§ 5º. Fica vedado qualquer cálculo adicional sobre o valor do plantão."

PROJETOS DE LEI EM 2ª DISCUSSÃO

05–PROJETO DE LEI nº 60/13

Autor: Dep. Evandro Junior

Obriga a realização do "Teste da Linguinha", em todos os recém nascidos nas maternidades e demais estabelecimentos hospitalares, tendo como finalidade diagnosticar precocemente problemas de sucção durante a amamentação e posteriormente na mastigação e fala.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

06—PROJETO DE LEI nº 17/13

Autor: Dep. Bernardo Carli

Regulamenta a publicidade visual por meio de outdoors, painéis, letreiros e outros meios de divulgação publicitária nas Rodovias Estaduais.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

PROJETO DE RESOLUÇÃO

07—PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 8/13

Autor: Dep. Comissão Executiva

Altera a Redação dos Arts. 60 e 131 da Resolução 1/05, que altera o Regimento Interno da Assembleia.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

RESOLUÇÃO 01/2005. Súmula: Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Art. 60 Para efeito de pagamento dos subsídios, a presença do Deputado nas sessões a que se refere o artigo anterior, será apurada pelo Painel Eletrônico conforme o registro verificado entre o último orador do Expediente e o último item da Ordem do Dia.

§ 1º O Deputado ausente deixará de receber o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) por sessão.

§ 2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior os requerimentos de justificativa de ausência deverão ser apresentados à Mesa antes da verificação da presença de que trata o caput deste artigo.

Art. 131 Dependirão de deliberação do Plenário na forma dos parágrafos seguintes:

§ 1º Serão escritos e independem de apoio e discussão, podendo ser votados com qualquer número, requerimentos que solicitarem:

I - publicação de informações oficiais no Diário da Assembleia;

II - nomeação de Comissões externas;

III - inserção em Ata de votos de regozijo ou de pesar;

IV - levantamento da sessão por motivo de pesar ou regozijo público; Assembleia Legislativa Regimento Interno

V - manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por qualquer forma escrita;

VI - permissão para falar sentado.

§ 2º Serão escritos e independem de apoio e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que tiverem por fim pedir:

I - dispensa de interstício para a inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

II - dispensa de Membro de qualquer Comissão;

III - dispensa de publicação de qualquer proposição;

IV - retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer favorável;

V - destaque de emenda aprovada, ou de parte de projeto, para constituir projeto separado;

VI - remessa a determinada Comissão de papéis despachados a outra;

VII - discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos ou de emendas;

VIII - adiamento da discussão ou votação;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

IX - encerramento de discussão;

X - votação por determinado processo;

XI - preferência;

XII - urgência;

XIII - audiência de uma Comissão sobre determinada matéria;

XIV - a inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

§ 3º Serão escritos e sujeitos a apoio e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos sobre:

I - convocação de Secretário de Estado e outras autoridades;

II - inserção nos Anais ou no Diário da Assembleia de documentos de publicação não oficiais;

III - criação de Comissões Especiais;

IV - Sessões Extraordinárias;

V - Sessões Secretas;

VI - licença para tratamento de saúde ou de interesse particular;

VII - autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;

VIII - quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevivendo no decurso das discussões ou votações;

IX - de informações a Secretários de Estado e outras autoridades.

PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO

08–PROJETO DE LEI nº 612/12

Autor: Dep. Gilberto Ribeiro

Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento, pelos estabelecimentos comerciais, de carrinhos motorizados para deficientes físicos, idosos e gestantes com dificuldades de locomoção, durante o período de compras.

RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO

09–PROJETO DE LEI nº 891/11

Autor: Dep. Roberto Acioli

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Popular de Formação de Condutores no âmbito do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

10–PROJETO DE LEI nº 133/13

Autor: Dep. Gilberto Ribeiro

Altera a Lei Estadual nº 13.400/2001, que dispõe sobre o tempo razoável para atendimento de clientes em filas de caixas.

RELATOR: DEP. ELTON WELTER



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 13.400/2001. Súmula: Dispõe que as instituições bancárias e outras especificadas, deverão providenciar medidas para efetivar, em tempo razoável, atendimento a seus usuários.

Art. 1º. Fica determinado que as instituições bancárias, financeiras e de crédito, bem como os supermercados, deverão colocar a disposição dos seus usuários, pessoal suficiente e necessário, no setor de caixa, para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.

§ 1º. Entende-se atendimento em tempo razoável, como mencionado no "caput", o prazo máximo de 20 (vinte) minutos em dias normais e de 30 (trinta) minutos em véspera ou após feriados prolongados.

§ 2º. Os prestadores de serviços indicados no "caput" deste artigo deverão informar aos consumidores, em cartaz fixado na sua entrada, a escala de trabalho no setor de caixas colocados à disposição.

11–PROJETO DE LEI nº 151/13

Autor: Dep. Evandro Junior

Dispõe sobre a oferta de sobremesas dietéticas e light nos cardápios de restaurantes e estabelecimentos similares.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

12–PROJETO DE LEI nº 108/13

Autor: Dep. Luciana Rafagnin e Dep. Enio Verri

Cria o Adesivo Identificador de Condutor Habilitado Provisoriamente.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

13–PROJETO DE LEI nº 135/13

Autor: Dep. Francisco Buhner

Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Educação para o Trânsito "Trânsito do Amanhã" do Estado.

RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI

14–PROJETO DE LEI nº 140/13

Autor: Dep. Anibelli Neto

Obriga as Concessionárias de Pedágio a afixar o Cronograma de Obras do Programa de Exploração do lote previsto no contrato com o Governo do Estado.

RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

15–PROJETO DE LEI nº 57/13

Autor: Dep. Bernardo Carli

Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

16–PROJETO DE LEI nº 99/13

Autor: Dep. Douglas Fabricio

Institui desconto no Imposto sobre a propriedade de veículos automotores aos contribuintes.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR

17–PROJETO DE LEI nº 114/13

Autor: Dep. Gilberto Ribeiro

Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de equipamentos e estruturas adequadas para atendimento de pacientes obesos.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

18–PROJETO DE LEI nº 600/12

Autor: Dep. Ney Leprevost

Altera o Artigo 1º da Lei nº 8.627/87, inserindo dentre as provas obrigatórias a que realiza o diagnóstico precoce do Retinoblastoma (teste do olhinho).

RELATOR: DEP. TERCILIO TURINI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Súmula: *Dispõe sobre a obrigatoriedade dos diagnósticos que especifica, nas crianças nascidas nas maternidades e casas hospitalares mantidas pelo Estado do Paraná.*

Art. 1º. *É obrigatória a realização de provas para o diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC), do hipotireoidismo congênito (HC), do mongolismo, da cardiopatia congênita e outras malformações genéticas e cromossômicas, em todas as crianças nascidas nas maternidades e casas hospitalares mantidas pelo Estado do Paraná.*

(Redação dada pela Lei 17231 de 16/07/2012)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

19– PROJETO DE LEI nº 127/13

Autor: Dep. Gilson de Souza e Dep. Paranhos

Institui a Semana Estadual "Todos Contra Pedofilia", incluindo-a no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. BERNARDO RIBAS CARLI

RECURSOS

20– RECURSO - PROJETO DE LEI nº 121/12

Autor: Dep. Rasca Rodrigues

Dispõe sobre a Construção de Habitações Unifamiliares e Multifamiliares nas proximidades de Lagos de Abastecimento Público e adota outras providências.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR

21– RECURSO - PROJETO DE LEI nº 783/11

Autor: Dep. Elton Welter

Estabelece regras de proteção, utilização sustentável e instrumentos de compensação pela preservação da Mata das Araucárias.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

22– RECURSO - PROJETO DE LEI nº 223/11

Autor: Dep. Luciana Rafagnin

Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Recuperação e Proteção de Minas Naturais de água no estado do Paraná e dá outras providências.

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI

23– RECURSO - PROJETO DE LEI nº 984/11

Autor: Dep. Luiz Eduardo Cheida

Dispõe sobre a responsabilidade na destinação de lâmpadas que contenham como princípio ativo o elemento químico mercúrio (hg), no âmbito do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. WILSON QUINTEIRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

24– RECURSO - PROJETO DE LEI nº 332/12

Autor: Dep. Ney Leprevost

Estabelece o Programa Paranaense de Saúde do Pé Diabético, e dá outras providências.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

25– RECURSO - PROJETO DE LEI nº 190/12

Autor: Dep. Rasca Rodrigues

Dispõe sobre a criação do Programa Polícia Ambiental Mirim nas diversas unidades da Polícia Ambiental da Corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná e adota outras providências.

RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO

PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

26 - PROJETO DE LEI nº 78/13

Autor: Dep. Marla Tureck

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais e familiares de Formosa do Oeste, com sede e foro no Município de Formosa do Oeste.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

27 - PROJETO DE LEI nº 11/12

Autor: Dep. Rose Litro

Declara de Utilidade Pública a Associação Guarda São Cristovão de Marmeleiro, com sede e foro no Município de Marmeleiro.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

28 - PROJETO DE LEI nº 102/13

Autor: Dep. Dr. Batista

Declara de Utilidade Pública o Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo de Campina da Lagoa, com sede e foro no Município de Campina da Lagoa.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

29 - PROJETO DE LEI nº 125/13

Autor: Dep. Nereu Moura

Declara de Utilidade Pública a Associação Palotinese de Equoterapia, com sede e foro no Município de Palotina.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

30 - PROJETO DE LEI nº 22/13

Autor: Dep. Gilberto Martins

Declara de Utilidade Pública o Observatório de Gestão Pública de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

31 - PROJETO DE LEI nº 131/13

Autor: Dep. Alceu Maron Filho

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Hospital da Fazenda Rio Grande, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA